

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

As empresas que se preparem

As falas dos candidatos a presidente da República indicam que, dessa vez, os empresários terão dificuldades em barrar um imposto sobre lucros e dividendos. O governo defende essa proposta para custear o Auxílio Brasil permanente de R\$ 600. A equipe econômica de Lula, idem. E, agora, Ciro Gomes acena com essa medida em seu programa de governo.

O nó da campanha para o PT

Lula criticou o Auxílio Brasil ao se reunir com empresários, mas não houve qualquer gesto contrário ao benefício, quando estava em votação no Congresso, no primeiro semestre. Em conversas reservadas, aliás, alguns petistas dizem que há um receio de que Bolsonaro apresente um fôlego maior nas pesquisas por causa da PEC das Bondades, que a oposição não teve força e nem discurso para ficar contra.

O papel de Alckmin

O ex-governador Geraldo Alckmin, candidato a vice na chapa de Lula, tem sido peça-chave nas conversas e encontros do ex-presidente com o empresariado. Sua fala na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), por exemplo, em defesa da democracia, provocou o primeiro aplauso espontâneo dos pesos-pesados do PIB. É justamente junto a esse segmento, que resistiu a votar no PT em 2018, que Alckmin começará a trabalhar daqui para frente.

E a função posterior

Lula, por sua vez, aproveitou o embalo para avisar à seleta plateia que se ele e Alckmin forem eleitos, o ex-governador será tratado como “presidente” e governarão juntos. Lula saiu da Fiesp com muitos elogios por parte de seus integrantes.

Nem tanto

Muitos dos empresários, porém, consideram que, com a pandemia ditando os comportamentos e relações econômicas por mais de um ano, não dá para colocar a culpa da situação no colo do presidente-candidato Bolsonaro.

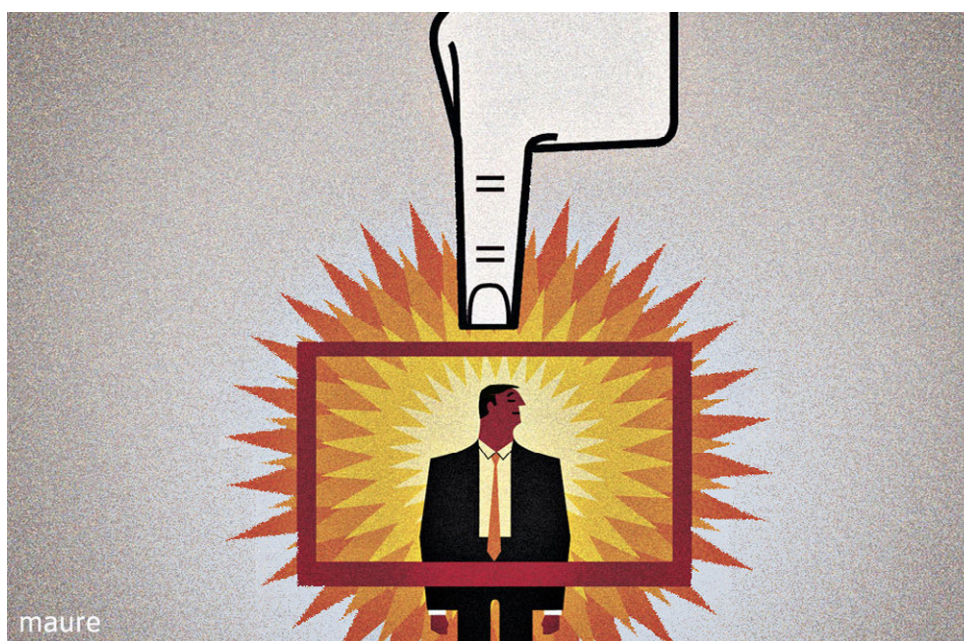
Os dois pilares de Bolsonaro na tevê

Empolgado com a notícia de deflação de 0,68% este mês, a equipe do presidente Jair Bolsonaro (PL) prepara duas frentes para o horário de rádio e tevê, que começa daqui a 16 dias. A linha mestra será a da recuperação da economia no pós-pandemia. Paralelamente, haverá uma “retrospectiva do caos” ou “recordar é viver”, o título ainda não está definido. A ideia é relembrar ao eleitorado as mazelas nos tempos do PT, com malas de dinheiro, e, inclusive, integrantes de primeiro escalão na cadeia — por exemplo, Antônio Palocci, primeiro nome a ocupar

o Ministério da Fazenda no governo Lula. Mais tarde, ocuparia a Casa Civil no início do governo Dilma Rousseff.

» » »

Em tempo: Lula também prepara um “recordar é viver” de seu governo, em que elencará os números do Minha Casa Minha Vida, do Bolsa Família e do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Pela primeira vez, o país terá as duas versões de um mesmo governo desfilaro no horário eleitoral.



maure

CURTIDAS



Edison Rodrigues/Agência Senado

Hora de explicar/ O senador Eduardo Girão, do Podemos-CE (foto), pediu que o ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski e oito ministros do Superior Tribunal de Justiça expliquem a participação em evento, em maio deste ano, num resort no Algarve, em Portugal. Diz o pedido do parlamentar que as viagens foram custeadas por empresas com “litígios bilionários pendentes de julgamento por magistrados convidados para o evento”.

Veja bem/ “Com efeito, tal desarrazoado episódio sem dúvida configura um exposto conflito de interesses e não pode e nem deve passar sem que maiores explicações sejam fornecidas ao povo brasileiro”, diz Girão no pedido. Os ministros ainda não se manifestaram a respeito.

A revolta deles/ Os senadores ficaram meio frustrados com a convocação feita pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), dizendo que as sessões desta semana cuidariam da pauta feminina. É que parte dos projetos são de autoria de parlamentares do sexo masculino.

JUDICIÁRIO / Ministros também avaliam projeto que autoriza aumento de salários para os servidores da Justiça

Lei da Improbidade volta ao STF

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma, na tarde de hoje, o julgamento sobre a Lei de Improbidade Administrativa. Os magistrados discutem se a nova versão da legislação pode beneficiar quem já foi condenado. Na quinta-feira passada, a análise terminou empatada com os votos do relator da ação, Alexandre de Moraes (se posicionou contra) e do ministro André Mendonça (parcialmente a favor).

A sessão desta quarta-feira será retomada com os votos dos outros ministros. A expectativa é de placar apertado no plenário.

Moraes, o relator da matéria, se posicionou contra a possibilidade de aplicar a nova versão da lei, com mudanças sancionadas em 2021, para rever casos já transitados em julgado (ou seja, com tramitação concluída). Ele afirmou que a decisão segue o princípio da segurança jurídica.

O caso analisado pelo STF é o de uma procuradora, alvo de ação civil por suposta negligência na função. O que foi decidido pelos magistrados terá

repercussão geral, ou seja, valerá para todos os processos em tramitação relacionados ao tema nos tribunais do país.

Segundo Moraes, a improbidade culposa (sem intenção) estava sendo aplicada legalmente até a mudança na legislação e nunca foi declarada inconstitucional pela Corte. “Em que pese essa discussão doutrinária de 30 anos, a verdade é que, em nenhum momento, houve declaração de inconstitucionalidade da modalidade culposa.”

Por outro lado, no entendimento de André Mendonça, a nova regra deve ser aplicada para casos em andamento e pode ser revista nas condenações de improbidade administrativa na modalidade culposa, quando não existe dolo (intenção).

“Eu não vislumbro traço distintivo suficiente para afastar o princípio da retroatividade da lei mais benéfica, ou seja, a ideia de distinção de certa forma antagônica entre culpa e dolo como elementos exigíveis é uníssona em todo sistema de responsabilidade jurídica”, argumentou.

O julgamento é aguardado por políticos que pretendem retornar

à vida pública a partir de outubro, caso a Corte reconheça a retroatividade da lei sancionada pelo Congresso. A apreciação, às vésperas da eleição, atende a um pedido do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) que, em encontro com o ministro Luiz Fux, presidente do STF, em junho, pediu que a Corte mantenha as alterações na lei feitas pelo Congresso.

Outros velhos conhecidos do meio político, como o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho (União Brasil-RJ), o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, o ex-prefeito do Rio Cesar Maia (PSDB-RJ) e o ex-ministro Eduardo Pazuello (PL-RJ), que pretende concorrer ao cargo de deputado federal pelo PL fluminense, também podem ser beneficiados, caso a maioria do Supremo reconheça a retroatividade proposta pelas ações.

Reajuste do Judiciário

O STF deve votar, hoje, o reajuste de 18% nos salários de juízes e servidores do Judiciário. A sessão administrativa virtual

Nelson Jr./SCO/STF



Na sessão da semana passada, Moraes (3º da esquerda para a direita) votou contra a retroatividade da LIA

foi marcada pelo presidente da Corte, Luiz Fux, e deve ocorrer entre às 8h e às 15h. Caso seja aprovado, o percentual deve valer também para os salários dos ministros do STF, que devem passar de R\$ 39 mil, podendo atingir R\$ 46 mil.

Caso a mudança seja aprovada, a proposta das associações de magistrados e de servidores

seguirá para análise do Congresso Nacional. Os parlamentares terão a palavra final sobre o tema. Fux vem sendo pressionado para pautar o tema. No entanto, o ministro tem resistido por entender que a situação econômica atual do país é de contenção de gastos. Ele teme ainda mais críticas aos magistrados.

O último reajuste de salário

dos ministros do STF ocorreu em 2018, de 16,38%. O percentual proposto para 2023 veio por entidades de classe e sindicatos de servidores, que argumentam que os salários encontram-se há mais de três anos sem reajuste, a proposta atual seria proporcional à inflação, e que não há previsão de aumento real nos vencimentos.

LAVA-JATO

TCU condena Deltan e Janot por gastos com viagens

O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, o ex-procurador Deltan Dallagnol e o procurador João Vicente Romão a devolverem R\$ 2,8 milhões aos cofres públicos com despesas consideradas irregulares da Operação Lava Jato. A decisão foi aprovada pela Corte por quatro votos a zero. Outros sete

procuradores foram inocentados. As contas foram apuradas desde 2020 pelo TCU, com relatório do ministro Bruno Dantas. Segundo o magistrado e o subprocurador-geral do Ministério Público de Contas, Lucas Furtado, foram identificadas irregularidades no pagamento de diárias e passagens aéreas a procuradores da força-tarefa, em Curitiba, no Paraná.

Para Dantas, a condenação equivale a “ato doloso de improbidade administrativa”. A ação pode tornar os procuradores inelegíveis, entre eles, o ex-coordenador da força-tarefa, Deltan Dallagnol — que pretende concorrer ao cargo de deputado federal pelo Podemos.

A inelegibilidade acontece por conta da Lei da Ficha Limpa determina que são inelegíveis os que tenham suas contas rejeitadas “por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa”, por decisão “irretrorrível” do órgão competente.

A inelegibilidade de Dallagnol ainda depende de uma confirmação da decisão do TCU dentro da própria Corte e de uma ação na Justiça Eleitoral do Paraná que confirme a irregularidade “insanável”.

Em nota, Dallagnol informou que irá recorrer. “A 2ª Câmara do TCU entra para a história como órgão que perseguiu os investigadores do maior esquema de corrupção já descoberto na história do Brasil”, disse. O ex-procurador renunciou definitivamente ao seu cargo no Ministério Público para apostar em uma carreira política.

Rodrigo Janot se limitou a poucas palavras nas redes sociais. “Democracia racionalizada e dirigida a quem interessa. Isso não é democracia”, escreveu via Twitter. O **Correio** tentou contato com Romão, mas não conseguiu retorno até o fechamento desta edição.

Os autos citam que cinco procuradores da Lava Jato receberam diárias e passagens para atuar na capital paranaense, pois eram lotados em outros estados. Os documentos apontaram R\$ 2,557 milhões em diárias e passagens pagas para cinco procuradores entre 2014 e 2021.

Evaristo Sá/AFP



Dallagnol: improbidade e dolo